

Operação sobre Dark Horse muda foco em meio à crise na Suprema Corte

PF mira Mário Frias; Moraes cancela pronunciamento e Fachin tira sigilo do caso Master

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por **Beatriz Matos**

A crise que há dias concentra as atenções sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou nesta quinta-feira (10) um novo capítulo fora dos embates diretos entre os ministros. A Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação autorizada por Flávio Dino para aprofundar a investigação sobre o caminho percorrido por recursos públicos ligados a pessoas e empresas que também aparecem na estrutura de financiamento do filme Dark Horse, produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Um dos principais alvos foi o deputado federal Mário Frias (PL-SP), que participou da idealização do longa. Agentes da PF cumpriram mandado de busca e apreensão contra o parlamentar, inclusive em endereço ligado a ele no Distrito Federal. A operação, batizada de Make Up, cumpriu 49 mandados em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal.

A investigação procura esclarecer se recursos provenientes de emendas parlamentares foram desviados por meio de entidades e empresas ligadas aos envolvidos e se parte desse dinheiro acabou chegando à Go Up Entertainment, produtora responsável por Dark Horse.

SUSPEITAS

Na decisão que autorizou as diligências, Dino reproduz a avaliação da Polícia Federal de que os elementos reunidos até agora apontam para a possível existência de uma organização formada por agentes públicos e privados. Segundo a representação policial, o grupo teria direcionado verbas federais, por meio de termos de fomento cus-

teados com emendas, para contratos supostamente fraudulentos ou que não teriam atendido às finalidades previstas.

A PF cita entre os possíveis crimes investigados peculato, fraude em licitação ou contrato, falsificação de documentos, emprego irregular de verbas públicas, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa.

O ponto de partida são recursos destinados principalmente ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Ferreira da Gama. A entidade recebeu R\$ 2 milhões provenientes de duas emendas apresentadas por Mário Frias. A investigação identificou uma sequência de contratações de empresas cujos sócios ou responsáveis mantinham vínculos com pessoas próximas ao parlamentar.

A própria PF aponta Frias como integrante do chamado “núcleo político” dos fatos investigados. Karina, por sua vez, é apresentada como um dos principais elos entre as organizações beneficiárias das emendas e os fornecedores contratados. Ela também é sócia da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse.

Segundo a decisão, a Go Up foi identificada como destinatária de recursos de pessoas e empresas relacionadas ao núcleo investigado. A PF sustenta haver indícios de possível “integração patrimonial e operacional” entre a produtora e as entidades beneficiárias das emendas.

Uma das transações que chamou a atenção dos investigadores envolve R\$ 750 mil transferidos pela NTT Brasil à Go Up. A empresa que fez o



Operação sobre Dark Horse teve como alvo principal Mário Frias

repassa mantém vínculos já mapeados pela investigação com um grupo empresarial que recebeu recursos do Instituto Conhecer Brasil. Para a PF, o fluxo levanta a hipótese de que valores semelhantes aos pagos pelas entidades possam ter retornado ao núcleo empresarial comandado por Karina.

A investigação ainda tenta estabelecer a origem exata do dinheiro e se houve, de fato, utilização de recursos públicos na produção cinematográfica.

Os investigadores também se debruçam sobre a maneira como parte dos serviços financiados por emendas foi contratada. A decisão registra casos de propostas comerciais produzidas em intervalos de poucos minutos, documentos com datas consideradas incompatíveis e empresas que negaram ter elaborado orçamentos apresentados em seus nomes.

Em um dos projetos, a Controladoria-Geral da União identificou três orçamentos de R\$ 400 mil praticamente idênticos. Os arquivos foram criados no mesmo dia, em um intervalo de 13 minutos, e atribuídos à mesma usuária. A conclusão registrada pela investigação é de que existem “fortes” indícios de montagem da pesquisa de preços e possível direcionamento da contratação.

EMENDA DE BIA KICIS

A decisão também menciona uma emenda de R\$ 150 mil apresentada pela deputada federal Bia Kicis (PL-DF) para a Academia Nacional de Cultura (ANC), igualmente presidida por Karina Gama.

Nesse caso, porém, o próprio documento registra que não houve repasse do dinheiro à entidade. Os recursos seriam destinados ao projeto “Heróis Nacionais”, mas não chegaram a ser transferidos em razão de obstáculos técnicos e normativos para a celebração da parceria.

Em nota divulgada nesta quinta-feira (10), Bia Kicis afirmou que pediu o cancelamento da indicação em 20 de maio de 2026. Segundo a parlamentar, foi solicitada ainda a análise da possibilidade de redirecionamento dos recursos ao Hospital de Amor de Barretos.

MORAES

Enquanto a operação recolava Dark Horse no centro das atenções em Brasília, o Supremo viveu mais um dia de agendas canceladas.

O presidente da Corte, Edson Fachin, cancelou novamente a sessão plenária prevista para esta quinta-feira. Em comunicado, a Presidência afirmou que, por se tratar de uma sessão extraordinária, e diante da convocação de outra sessão extraordinária para a próxima terça-feira (15), a reunião desta quinta não seria realizada.

A sessão da próxima semana está mantida e deve levar ao plenário parte das questões que desencadearam a crise interna na Corte, incluindo o relatório da Polícia Federal que trouxe informações sobre Alexandre de Moraes e o pedido da Procuradoria-Geral da República relacionado ao material.

Pouco antes, a assessoria da Corte informou que Alexandre

de Moraes faria um pronunciamento. Minutos depois, um novo comunicado cancelou a fala e informou que ela seria remarcada “para data oportuna”.

O pronunciamento ocorreria um dia depois de Fachin retirar Moraes da condução do inquérito das Fake News, aberto em 2019, e assumir pessoalmente a relatoria. O presidente da Corte preservou os atos já praticados pelo ministro, mas concentrou na Presidência uma série de decisões relacionadas à crise institucional instalada nas últimas semanas.

Nos bastidores, a avaliação é de que interlocutores atuaram para reduzir a temperatura da disputa e evitar uma nova manifestação pública capaz de ampliar o confronto dentro do tribunal.

SEM SIGILO NO MASTER

No final da noite desta quinta, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o levantamento do sigilo da Petição 15.556 e de outros procedimentos relacionados. A PET 15.556 é um dos processos ligados à Operação Compliance Zero, investigação da Polícia Federal (PF) que envolve suspeitas relacionadas ao Banco Master.

A decisão atendeu a uma solicitação do presidente do STF, ministro Edson Fachin. No despacho, Mendonça determina o levantamento do sigilo dos autos da PET 15.556 e de outros processos relacionados à investigação, incluindo inquéritos, reclamação e novas petições.



Moraes desiste de pronunciamento que faria para se defender

LUÍZ SILVEIRA/STF